

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.831 - RS (2019/0339884-9)

AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL -
UFRGS
AGRAVADO : VALENTIM EMILIO UBERTI COSTA
AGRAVADO : ANA MARIA DE MATTOS GUIMARÃES
ADVOGADOS : FRANCIS CAMPOS BORDAS E OUTRO(S) - RS029219
ADRIANE KUSLER - RS044970B
MAURO BORGES LOCH - RS066815A
GERSON ALVES LETTRES - RS080412

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou admissão a recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), com fundamento no art. 105, inciso III, letra *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

Os ora agravados interpuseram agravo de instrumento contra decisão que deixara de fixar honorários advocatícios na execução de sentença proferida contra a agravante.

O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso com base em decisão assim fundamentada:

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que é cabível a fixação de honorários advocatícios nas execuções individuais originárias de ações coletivas, embargadas ou não, ao aprovar a Súmula nº 345 (em 07-11-2007), com a seguinte redação: 'São devidos os honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas'.

A hipótese dos presentes autos enquadra-se, portanto, no permissivo acima transcrito, pois trata-se justamente de execução individual de ação coletiva.

Dessa forma, em consonância com o posicionamento dominante do E. STJ, são devidos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da execução (fl. 15).

A UFRGS opôs os embargos de declaração de fls. 52-54, que foram parcialmente acolhidos, apenas para fins de prequestionamento, pelo acórdão de fls. 61-65.

Novos embargos de declaração foram opostos pela Universidade, e novamente acolhidos parcialmente para efeito de prequestionamento pelo acórdão de 85-88.

Nas razões do recurso especial, a UFRGS alega, inicialmente, ofensa ao art. 535, incisos I e II, do CPC/1973. Sustenta que a Corte de origem,

embora provocada por embargos de declaração, deixou sem resposta indagações relevantes ao deslinde da controvérsia.

Em seguida, alega ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73. Argumenta, em síntese, que houve excesso na fixação dos honorários da execução, pois incidentes, no percentual de 10%, sobre o valor de R\$ 1.311.293,81 (um milhão, trezentos e onze mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos), no qual já estão incluídos os honorários do processo de conhecimento, no valor de R\$ 119.208,53 (cento e dezenove mil, duzentos e oito reais e cinquenta e três centavos), correspondente a 10% do total da condenação.

Argumenta que o magistrado não estava vinculado aos limites percentuais do § 3º e nem ao valor da condenação como base de cálculo dos honorários, mas, sim, ao comando do § 4º, que o conduz para a apreciação equitativa das circunstâncias indicadas no parágrafo anterior.

Alega também ofensa aos arts. 741, V e 743 do CPC/73, pretendendo que os honorários da execução sejam considerados substitutos daqueles fixados no processo de conhecimento, negando, assim, a independência de tais verbas.

Contrarrazões às fls. 120-140, pelo não conhecimento ou improvimento do recurso especial.

Em um primeiro momento, a Vice-Presidência da Corte Regional negou seguimento ao recurso especial por entender que o acórdão recorrido estava em consonância com a orientação do STJ, firmada em julgamento de recursos repetitivos (fls. 174-175). Mais adiante, em complemento ao juízo prévio de admissibilidade, aquela Vice-Presidência entendeu de negar admissão ao recurso, com fundamento da Súmula 7/STJ, no tocante à pretendida redução dos honorários.

Não houve recurso contra a primeira parte da decisão.

O agravo apresenta argumentos que visam a infirmar os fundamentos da segunda parte da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

O acórdão recorrido foi publicado sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

O agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada e estão atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo. Assim, passo ao exame do recurso especial.

Afasto, inicialmente, a alegação de ofensa ao art. 535, II, do

CPC/73, porque não demonstrada omissão capaz de comprometer a fundamentação do acórdão recorrido ou de constituir-se em empecilho ao conhecimento do recurso especial. Citem-se, a propósito, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.374.797/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 10/9/2014; AgRg no AREsp 369.791/SP, Terceira Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 9/9/2014; AgRg no REsp 1.172.506/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 26/8/2014; AgRg no AREsp 207.064/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 8/9/2014.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a análise dos fundamentos que serviram à fixação dos honorários advocatícios encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

É certo que, excepcionalmente, admite-se a adequação dos honorários advocatícios em sede de recurso especial, quando o valor fixado revela-se de imediato, quer dizer, abstraídas as circunstâncias fáticas da demanda, exorbitante ou irrisório, de modo a indicar desrespeito ao dispositivo processual pertinente, que no caso é o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73.

No presente caso, o valor arbitrado para os honorários advocatícios pela Corte Regional, não pode ser considerado exorbitante a ponto de representar maltrato ao citado dispositivo processual.

A propósito, conferir:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO PREVISTO NO ART. 85 DO CPC/2015. PRECEDENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - O Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que a fixação dos honorários sucumbenciais deve obedecer a legislação processual civil vigente à época em que foi proferida a primeira decisão que estabeleceu a verba honorária, seja na sentença do juízo monocrático, seja no acórdão do Tribunal de origem, sendo indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes.

II - A jurisprudência da Segunda Turma do STJ é no sentido de que o juízo relativo ao montante abusivo ou irrisório não pode ser extraído simplesmente mediante cotejo entre o valor da causa e o percentual arbitrado nas instâncias de origem.

III - Hipótese em que o Tribunal a quo, após análise dos elementos fáticos dos autos e fundado em juízo de equidade, fixou o valor da verba honorária considerando as peculiaridades da demanda. Nesse contexto, alterar os honorários advocatícios fixados pelo Tribunal de origem, consoante apreciação equitativa, afronta, inevitavelmente, o teor do enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

IV - A Segunda Turma do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp n. 532.550/RJ, convencionou que a desproporção entre o valor da causa e o valor arbitrado a título de honorários advocatícios não denota, necessariamente,

irrisoriedade ou exorbitância da verba honorária, que deve se pautar na análise da efetiva complexidade da causa e do trabalho desenvolvido pelo causídico no patrocínio dos interesses de seu cliente.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1345869/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 02/04/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CRITÉRIO DE EQUIDADE. ART. 20, §3º E §4º, DO CPC. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Ao recurso especial interposto antes de 18 de março de 2016, a ele é aplicável Enunciado Administrativo n. 2/STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça", razão pela qual a matéria aventada em sede de apelo especial - honorários sucumbenciais - deve ser apreciada, considerando o regramento processual vigente àquela data.

2. "Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade" (REsp 1155125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJe 06/04/2010).

3. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério de justiça e razoabilidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, o que atrai a incidência da Súmula n. 7/STJ. Excetuadas as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie.

4. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1607237/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/9/2016, DJe de 14/09/2016).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE CONFERIR CARÁTER INFRINGENTE AO RECURSO ACLARATÓRIO. (3) CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INAPLICABILIDADE. PREVALÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. (4) DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. (5) QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO COM RAZOABILIDADE. (6) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20, § 3º, DO CPC. REFORMA DO JULGADO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE.

1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Ressalvadas as hipóteses de valores irrisórios ou exorbitantes, investigar os motivos que firmaram a convicção do magistrado na fixação dos honorários bem como promover a sua modificação, quer para majorá-los quer para reduzi-los, demanda o reexame do substrato fático dos autos, o que é defeso ao STJ em face do teor da Súmula 7/STJ (AgRg no REsp 953.900/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 27/4/10).

7. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 607.388/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe de 23/6/2016).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE SUA MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Em princípio, descabe ao STJ revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ.

II. Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado, pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF).

III. Porém, "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto" (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014).

IV. Na hipótese, os honorários de advogado, em favor dos ora agravantes, foram fixados, pelo Juízo de 1º Grau, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O Tribunal a quo, por sua vez, atento às circunstâncias a que se refere o § 4º do art. 20 do CPC, manteve o valor da verba honorária, considerando, principalmente, "que a solução da lide não envolveu grande complexidade e sopesados no caso em tela o zelo do patrono da executada, o valor original da execução fiscal (R\$ 8.736.341,97 - fls. 22) e a natureza da demanda, deve ser mantida a verba honorária fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)". Dadas

as peculiaridades da causa, delineadas no acórdão recorrido, não se mostra irrisória a quantia fixada, em juízo de equidade, a título de honorários advocatícios. Assim, deve ser mantida a decisão agravada, visto que, efetivamente, incide, na espécie, a Súmula 7 do STJ.

V. Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp 1520772/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe de 18/09/2015).

De outro lado, se é certo que o magistrado não estava vinculado aos percentuais indicados no § 3º, do art. 20, do CPC/73, para arbitrar, equitativamente, os honorários, isso não quer dizer que estivesse impedido de valer-se desse critério para fixar prudentemente o valor da verba.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONDOMÍNIO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CAUSA. POSSIBILIDADE. VALOR ARBITRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

(...)

5- Nas causas em que não houver condenação - como no particular - os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo julgador, não ficando adstritos aos limites estabelecidos no § 3º do art. 20 do CPC/73. Nessas hipóteses, não há impedimento para que a fixação da verba honorária ocorra em percentual sobre o valor da causa.

6- O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

(REsp 1645567/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 03/03/2017).

EXECUÇÃO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO DOCUMENTÁRIO PARA IMPORTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO HÁBIL A EMBASAR O PEDIDO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NS. 5 E 7 DO STJ.

(...)

Na apreciação equitativa (art. 20, § 4º, do CPC), não está impedido o Julgador de fixar os honorários de advogado em percentual sobre o valor da causa, desde que tal arbitramento atenda aos pressupostos previstos em lei (REsp n. 426.036-PR).

Recurso especial não conhecido.

(REsp 247.518/MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2006, DJ 20/03/2006, p. 274).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator